Jogo de cena

De repente, pos-se em brios todo o senso equivocado e primário de nacionalismo, porque se soube que um grupo de empresas multinacionais está organizando um lobby para atuar junto ao segundo turno da Constituinte. Muitos parla-mentares e membros do Governo viram no fato «intromissão indevida» e até violações da segurança nacional, como se as multinacionais atuassem aqui em regime de extraterritorialidade ou fossem corpos estranhos à nossa paisagem econômica e sociológica.

Por que não haveriam elas de fazê-lo?

A Constituição afeta por igual a quantos aqui se achem estabelecidos, sejam nacionais ou estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas. As empresas de capital estrangeiro não diferem, em face da lei, das empresas nacionais. A todas se exigem responsabilidades idênti-cas, embora nem sempre tenha sido também igual a outorga de direitos, anomalia típica dos países que não conseguiram ainda vencer o complexo de inferioridade.

empresas multinacionais produzem bens e serviços no Brasil, contratam e pagam funcioná-rios brasileiros (invariavelmente melhor do que suas congêneres nacionais), pagam os mesmos impos-tos, vendem aos mesmos merca-dos, adquirem matérias-primas produzidas no País e no exterior, tal como as nacionais, enfim, por que deveriam estar elas impedidas de opinar a respeito daquilo que também lhes concerne?

Se se puder provar contra uma empresa multinacional, ou contra qualquer empresa nacional, ou ainda contra qualquer pessoa física brasileira ou estrangeira, a prá-tica de suborno, aí sim, teríamos um crime configurado, não apenas da entidade corruptora, mas também do parlamentar corrompido. A mobilização de recursos financeiros para campanhas de esclarecimento, recurso ao qual todos têm lançado mão, não constitui ir-regularidade alguma. Se assim se pudesse inquinar o procedimento, todas as eleições brasileiras seriam irregulares porque em ne-nhuma delas faltou dinheiro para fins de convencimento do eleitor. Também seria irregular a própria instituição da propaganda, que mantém os meios de comunicação, porque ela só se destina ao convencimento do consumidor, seriam irregulares os discursos parlamentares, os comícios eleitorais, o ser-mão nos púlpitos. Tudo isso se destina a convencer os respectivos auditórios. A propaganda das idéias, de resto, é uma das conquistas re-centes da nossa democracia, a qual prezamos e da qual não desejamos abrir mão. Somos uma Na-ção politicamente pluralista, na qual convivem em harmonia integralistas e comunistas, circuns-tância que, aliás, faz a nossa dife-rença dos países nos quais se inspinossos primitivos nacionalistas.

É preciso acabar com isso para que este País ingresse no mundo civilizado. Nacionalismo, aquele que devemos ter e cultivar por for-

ça da nossa dignidade nacional, não é o preconceito e o isolacionismo. É antes a integração, ativa e reciprocamente útil, com todos quantos, vindos de onde vierem, possam contribuir para a poten-cialização da nossa riqueza. Não é outra, aliás, a nossa história. Os imigrantes, de todas as origens, estão aí para demonstrar o papel que tiveram na alavançagem do nosso desenvolvimento. Se os aceitamos, com prazer, e neles reco-nhecemos importante fator da nossa construção nacional, porque não oferecemos a mesma hospitalidade despreconceituosa capital, sendo este muito mais im-portante a um País vasto de re-cursos humanos e pobre de recur-sos tecnológicos e financeiros?

Alertamos aos homens de bomsenso, que felizmente constituem nossa maioria nacional, para que repilam a xenofobia tola dos que querem explorar emocionalmente o nosso nacionalismo, visando só, porque não há outros fins, aos seus próprios objetivos eleitorais. É preciso restaurar a transparência nas atitudes para que elas correspondam às convicções e não a táticas políticas, impõe-se substi-tuir a desonestidade intelectual pela verdade e a linearidade. Não nos parece que haja entre os nu-merosos xenófobos que se manifestaram esta semana contra o lobby das multinacionais um só que efetivamente pense o que disse. Estão todos jogando para a platéia, pensando naquilo que unicamente lhes importa, o voto e o fal-so status intelectual.

<u> Alvaro Pereira</u>

O PMDB pós-Constituinte

O maior partido político brasileiro esforça-se para sobreviver. Desfalcado de lideranças expressivas, como os senadores Fernando Henrique e Mário Covas, o PMDB parece convencido de que só uma chapa de entendimento poderá sal-vá-lo do desastre na Convenção de 21 de agosto. Mesmo os governadores identificados com o grupo dito "histórico", ou progressista, já admitem uma composião com os setores mais conservadores. Neste caso estão, por exemplo, os governado-res de Pernambuco, Miguel Ar-raes, do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e de Santa Catarina, Pedro Ivo. Eles parecem ter cedido ao argumento do deputado Ulysses Guimarães de que a disputa na Convenção não é o mais importante. Importante, fundamental mesmo, é que o partido saia da Convenção com a imagem progressista que o consagrou durante os anos de oposição ao Governo militar.

No exercício interino da presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães dividiu com habilidade a sua agenda entre os compromissos de Governo e as articulações políticas. Exibindo uma invejável disposição para o traba-lho, ele receberia no Palácio do Planalto governadores, deputados e senadores empenhados em evitar a disputa na Convenção. Alguns dos principais focos de rebelião foram eliminados, pavimentando o caminho para a composição entre

os diferentes grupos e tendências. Os movimentos de resistência se restrigem hoje aos Estado da Bahia, com o governador Waldir Pires, e de Mato Grosso, com o governador Carlos Bezerra, políticos aparentemente predispostos abandonar a nau peemedebista para reforçar os quadros do PSDB

Otimista, o deputado Ulysses Guimarães trabalha a curto prazo em favor da unidade do PMDB na Convenção de agosto. Vencido esse primeiro obstáculo, virá o próximo: as eleições em mais de quatro mil municípios brasileiros, inclusive nas capitais. Mesmo ponderando que o PMDB passa por uma fase de desgaste, em função destes três anos de apoio relutante ao Governo Sarney, Ulysses Guimarães acredita que deverá prevalecer a melhor estrutura do PMDB, partido com diretórios organizados em pratica-mente todos os municípios. Esse bom desempenho seria facilitado pela atuação dos governadores, que em função de suas administraões vêm conseguindo obter bons índices de aceitação popular.

Essa, portanto, é estratégia a curto prazo: sobreviver à Convenção de agosto e conseguir, a partir da unidade preservada, um bom resultado nas eleições municipais de novembro. Uma vez habilitado nesse primeiro teste eleitoral, o PMDB estaria em condições de colocar em prática a segunda parte dessa estratégia, e também a mais importante, que consiste em apre-

sentar um candidato competitivo às próximas eleições presidenciais. Entre o tripresidente Ulysses Guimarães e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, passando pelo governador mineiro Newton Cardoso, as principais lideranças do PMDB esperam eleger finalmente o seu Governo, depois de terem aceito que a transição política fosse operada, fatalísticamente, por um político estranho aos seus quadros.

Faz parte dessa estratégia eleitoral reforçar, através da prática e não do discurso, essa imagem de partido identificado com as causas populares. Por isso, o deputado Ulysses Guimarães já anunciou que o PMDB vai lutar, com força ainda majoritária na Constituinte, para manter as conquistas sociais aprovadas no primeiro turno de vo-tação. Não se espera das lideranças peemedebistas nenhuma iniciativa no sentido de suprimir do texto da nova Constituição o direito de greve irrestrito, a garantia do empre-go, a jornada de trabalho de 44 hogo, a jornada de trabalho de 44 horas, a licença maternidade de 120 dias. No máximo, o PMDB — ou o novo PMDB que emergirá da Convenção, admite contribuir para decisões consideradas impertinentes, como a licença-paternidade, o tabelamento dos juros em doze por cento, a anistia financeira para os pequenos e médios empresários e produtores rurais. Uma nova Constructiva discontra para dos produtores rurais. produtores rurais. Uma nova Constituição, moderna e progressista, será a maior bandeira eleitoral do PMDB.